



Exm^a. Senhora
Ministra da Agricultura
Dr^a Maria do Céu Antunes

Cópia:

Exm^a Senhora
Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Dr^a Ana Mendes Godinho

Assunto: Condicionalidade social na próxima Política Agrícola Comum (PAC)

Exm^a. Senhora
Ministra da Agricultura
Dr^a Maria do Céu Antunes

Nas próximas semanas irá presidir ao Conselho em negociações tripartidas sobre a próxima Política Agrícola Comum (PAC). O seu papel será crucial para atingirmos uma PAC verdadeiramente sustentável que defenda os direitos dos trabalhadores através de um efetivo mecanismo de condicionalidade social.

Apesar da época das colheitas se ter iniciado muito pouco mudou para os trabalhadores agrícolas na Europa: trabalho não declarado, baixos salários, condições de segurança e saúde deploráveis, alojamento insalubre continuam a ser desafios recorrentes para muitos deles, apesar do papel essencial que têm desempenhado durante esta crise pandémica.

A instituições têm agora a oportunidade de mostrar que não desvalorizam esta realidade ao acordar numa reforma da PAC que inclua um mecanismo de condicionalidade social. Esta é a única forma de assegurar que a maior parte do orçamento da U.E., financiado pelos contribuintes da U.E., contribui para elevar os as condições de trabalho num dos setores mais precários da economia.

Os subsídios da PAC já são condicionais no que respeita aos padrões ambientais, saúde pública e bem-estar animal, mas os direitos humanos não têm qualquer papel nas condicionalidades da PAC. Isto não é aceitável e deve mudar, tal como é exigido por uma grande coligação formada por sindicatos, sociedade civil e académicos (vd. [Open letter](#)).



O Parlamento Europeu recentemente partilhou consigo uma proposta que delinea uma forma muito prática e efetiva de implementar a condicionalidade social na nova PAC.

A condicionalidade social é a resposta a um milhão de trabalhadores que na Europa esperam que depois de tudo o que fizeram para pôr a comida na nossa mesa ao longo desta pandemia. Seria uma solução muito fácil que melhoraria as condições de trabalho ao mesmo tempo que combateria a competição injusta que afeta todos os proprietários agrícolas e trabalhadores no setor da agricultura.

Na perspetiva da Cimeira Social do Porto e das negociações tripartidas, bem como o compromisso da Presidência Portuguesa em reforçar os direitos sociais na U.E., nós exortamo-la e ao Governo Português para que apoie esta reivindicação alargada por justiça social e equidade na agricultura, nós apelamos a que apoie a inclusão da condicionalidade social na próxima reforma da PAC.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Carlos Silva
Secretário-geral
UGT Portugal

Kristjan Bragason
Secretário-geral
EFFAT

Luca Visentini
Secretário-geral
ETUC